



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

22 A 26 DE JUNHO DE 2026

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (23/06)

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REQ 5/2026 -Requer a realização de audiência pública com o Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, com o objetivo de debater as perspectivas de financiamento das políticas de defesa nacional, a execução orçamentária dos programas e investimentos sob responsabilidade da Pasta, bem como as prioridades governamentais voltadas ao preparo e emprego das Forças Armadas, à proteção das fronteiras, ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, à segurança cibernética e espacial, e ao fortalecimento da soberania nacional.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 6/2026 -Requer a realização de audiência pública com o Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com o objetivo de debater as perspectivas de financiamento das políticas de desenvolvimento industrial e comercial, a execução orçamentária dos programas e investimentos sob responsabilidade da Pasta, bem como as prioridades governamentais voltadas para a neoindustrialização, o fomento ao comércio exterior, o apoio às micro e pequenas empresas, a inovação tecnológica e o aumento da competitividade do setor de serviços em todo o País.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 11/2026 -Requer a realização de audiência pública com a Excelentíssima Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com o objetivo de debater as iniciativas de modernização da Administração Pública Federal, as políticas de gestão de pessoas e transformação digital do Estado, bem como a execução orçamentária dos programas voltados ao aprimoramento da governança, da eficiência administrativa e da prestação de serviços públicos à população.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 22/2026 -“Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o tema: “Limites do FNDCT para financiar pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação.” / *Incluído após envio da Agenda*

Autor: Inácio Arruda (PCDOB/CE)

Resultado: [Aprovado.](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segunda-feira (22/06)

CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Seminário - Tema: Defesa da Justiça do Trabalho: pejetização e fim da escala 6x1

Resultado: [Realizada.](#)

Terça-feira (23/06)

PLP 108/2021 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE PERMITE O ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) DE PESSOA COM RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A R\$ 130.000,00, BEM COMO PARA PERMITIR QUE O MEI CONTRATE ATÉ 2 EMPREGADOS"

Seminário - Tema: Novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e atualização do Simples Nacional
Resultado: Realizada.

Quarta-feira (24/06)

CINDRE - COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL / Incluído após envio da Agenda

Reunião Deliberativa - Tema: Votação de indicações de beneficiários para emendas da comissão à LOA.
Resultado: Realizada. Foram aprovadas as indicações, conforme [ata e planilha](#) anexas.

Quinta-feira (25/06)

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Mobilização da sociedade à implementação do ECA Digital
Resultado: Realizada.

Sexta-feira (26/06)

PLP 108/2021 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE PERMITE O ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) DE PESSOA COM RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A R\$ 130.000,00, BEM COMO PARA PERMITIR QUE O MEI CONTRATE ATÉ 2 EMPREGADOS"

Seminário - Tema: Novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e atualização do Simples Nacional
Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL

Quarta-feira (24/06)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA

PL 786/2023 -Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.

Explicação: entre outros pontos, prevê que a prorrogação de autorização do uso de radiofrequências necessárias e a autorização para prestação de serviço de telecomunicações móveis de interesse coletivo, condicionando à aceitação dos compromissos de instalação e manutenção de acessos à internet em banda larga em todas as escolas públicas de educação básica.

Autor: Flavio Arns (PSB/PR)

Relator: Daniella Ribeiro (PP/PB)

Parecer: Pela aprovação, com 8 emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado. A matéria será remetida diretamente à Câmara dos Deputados – salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal.

REQ 44/2026 -Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, para instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018". / Incluído após envio da Agenda

Convidado:

- Luiz Henrique Barbosa, presidente executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp).

Autor: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 45/2026 -Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”. / *Incluído após envio da Agenda*

Convidado:

- Luiz Henrique Barbosa, presidente executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp).

Autor: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 46/2026 -Requer a inclusão de convidados na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”. / *Incluído após envio da Agenda*

Convidados:

- Marta Helena Schuh, diretora de Seguros Cibernéticos da Howden Brasil; e
- Patrick Aron Rinski, *managing director* e líder da Unit42 para América Latina e Caribe.

Autor: Hermes Klann

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 47/2026 -Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”. / *Incluído após envio da Agenda*

Convidado:

- Patrícia Peck, responsável do Instituto Peck de Cidadania e do Instituto Empoderar.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 48/2026 -Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”. / *Incluído após envio da Agenda*

Convidado:

- Representante Associação NEO.

Autor: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

Resultado: [Aprovado](#).

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PL 3066/2025 -Institui medidas de enfrentamento e repressão ao crime de violência sexual contra criança ou adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 12.850, de 2 de agosto de 2013, para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.

Autor: Osmar Terra

Relator: Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Aprovado](#). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).